

IMPLEMENTAÇÃO DO PDE ESCOLA NA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS: UM ESTUDO DA GESTÃO E SUA INFLUÊNCIA NO DESEMPENHO DA ESCOLA

LIMA, Leise de Paula Reis - UFMG⁷⁸

GOMES, Suzana dos Santos - UFMG⁷⁹

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar resultados parciais de uma pesquisa que visa à investigação da influência do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) na sua gestão pedagógica. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que envolve dados quantitativos obtidos por meio dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas priorizadas pelo PDE Escola. A metodologia envolveu levantamento bibliográfico, pesquisa documental sobre o PDE Escola e Prova Brasil, seguido de pesquisa de campo, por meio de um estudo de caso. Como instrumento de pesquisa elegeu-se a aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas com professores e gestores. Os resultados destacaram o PDE Escola como tecnologia educacional que mobiliza e impacta o cotidiano da comunidade escolar. Está voltado para a construção de uma gestão democrática, que enfatiza o protagonismo dos profissionais na elaboração, implementação e execução das ações priorizadas no plano. Indicou também desafios na participação coletiva, provocado pelo desconhecimento dos princípios, (sub) utilização do plano e falta de autonomia no uso da plataforma.

Palavras-chave: PDE Escola, Planejamento, Prova Brasil, Gestão Pedagógica

Introdução

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre a implementação do PDE Escola na Rede Estadual de Educação de Minas Gerais (REE-MG). O PDE Escola pode ser entendido como uma tecnologia educacional financiada pelo Governo Federal e operacionalizada na plataforma do Ministério da Educação (MEC).

Com a expansão do desenvolvimento tecnológico, os programas educacionais

⁷⁸ Analista Educacional, Inspetora Escolar da Superintendência Regional de Educação de Ubá - SRE Ubá. Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional Educação e Docência - PROMESTRE (FaE/UFMG). E-mail: leise.lima@educacao.mg.gov.br

⁷⁹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, na Linha de Pesquisa Políticas Públicas de Educação - Concepção, Implementação e Avaliação e do Mestrado Profissional Educação e Docência - PROMESTRE (FaE/UFMG). E-mail: suzanasgomes@fae.ufmg.br

elaborados pelo MEC têm sido cada vez mais disponibilizados em ambientes virtuais. O PDE Escola, a partir de 2009, em função dos benefícios que as tecnologias oferecem, principalmente as digitais, foi disponibilizado às escolas públicas, por meio da plataforma do MEC, escolas estas priorizadas pelo governo federal em legislação específica.

Tomando o PDE Escola por objeto de estudo investigou-se o seguinte problema de pesquisa: que mudanças ele proporcionou para a gestão e a qualidade do ensino?

Para a realização deste estudo optou-se pela pesquisa bibliográfica, documental e de campo, desenvolvida por meio de estudo de caso em uma unidade escolar da REE-MG.

O estudo de caso foi considerado como metodologia apropriada devido à singularidade do objeto e por qualificar melhor os fatores escolares internos que influenciam o desempenho das práticas pedagógicas dos professores e o estilo de gestão, difíceis de serem captados quando não realizados no ambiente natural.

A escola pesquisada foi considerada pela autora como “espaço sócio-cultural” resultado de um “processo permanente de construção social”, que significa “compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura” (DAYRELL, 1996, p.1).

Dessa forma, a Escola Estadual Miguel Brandão (EEMB)⁸⁰ foi escolhida para a realização da pesquisa, tomando como base os documentos do MEC que legislam sobre a priorização das escolas incluídas no PDE Escola em 2012 e os resultados obtidos por essas escolas no IDEB 2009.

A escola é considerada o *lócus* do processo de ensino e aprendizagem e dessa maneira, torna-se relevante fortalecer sua capacidade de funcionar e de ensinar. Nesse sentido, é importante que seja uma escola de qualidade, entendida como,

a que desenvolve relações interpessoais que conduzem a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos; que coloca o aluno como foco de suas preocupações; que dispõe de recursos humanos com formação e motivação adequadas e com material escolar e didático necessário; que conta com instalações em quantidade e em condições adequadas de funcionamento; que tem assegurada a participação dos pais no acompanhamento do desempenho dos filhos e na avaliação da escola. Além disso, uma escola de qualidade é aquela que constrói um clima escolar que favorece o processo de ensino-aprendizagem e que define e organiza processos que conduzem ao alcance de seus objetivos.

⁸⁰ Adoção de nomes fictícios para a escola e para os seus profissionais.

A reunião dessas características se traduzirá em bom desempenho dos alunos (BRASIL, 2006, p. 07).

Na sequência, apresentam-se os resultados parciais da pesquisa desenvolvida em torno dos desafios da implementação da gestão democrática, da participação da comunidade escolar e o uso pedagógico do plano, e, finalmente, nas considerações finais destacam-se alguns resultados obtidos nesse estudo e algumas propostas de superação dos desafios apresentados.

Os dados apresentados neste trabalho são resultados preliminares dessa pesquisa, em andamento, e se organizam do seguinte modo: primeiramente apresenta-se a origem, os princípios e objetivos do PDE Escola, articulado ao tema da avaliação educacional, considerado elemento constitutivo do plano, como também o letramento do diretor com relação ao contexto digital.

Espera-se que esta pesquisa possibilite aprofundamento no campo das políticas públicas de avaliação e da gestão pedagógica e promova melhorias nos processos de planejamento, implementação e monitoramento da escola.

2. Origem, Princípios e Objetivos do PDE Escola

O PDE Escola surgiu em 1998, concebido no âmbito do Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), desenvolvido, segundo Scaff (2008, p. 573) “em cooperação técnico-financeira entre o governo brasileiro e o Banco Mundial”, para atender, exclusivamente, as escolas públicas de ensino fundamental localizadas nas Zonas de Atendimento Prioritário (ZAPs) das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, escolhidas entre aquelas com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Soma-se a esta definição, os estudos apresentados por Silva (2005, p. 266) quanto ao objetivo do PDE Escola de “superar os graves problemas de acesso e de permanência, com qualidade, dos alunos do ensino fundamental, situação que atingia uma grande parte da sociedade, e cuja possibilidade de superação perdia-se na ineficaz organização burocrática escolar”.

Esta afirmação se traduz em uma responsabilização da administração pública pelos resultados educacionais e a proposta do governo federal foi de mudar o modelo de gestão, aceitando o financiamento do Banco Mundial.

O PDE Escola foi implementado para desenvolver um planejamento estratégico com a finalidade de promover escolas mais eficazes e de qualidade.

A construção de escolas de qualidade não pode prescindir de procedimentos e instrumentos de gerenciamento eficazes, devendo ser administrada como uma organização viva e solidária em seus objetivos, voltada para o atendimento das necessidades e expectativas de seus alunos, pais, comunidade e sociedade. (BRASIL, 2006, p. 9).

Quando houve a implantação do Plano em 1998, as escolas não possuíam computadores, nem internet. Desta maneira, os formulários da etapa situacional correspondente ao diagnóstico e da autoavaliação da escola eram calculados e preenchidos manualmente. Este processo de coleta e análise dos dados compreendia o preenchimento, por um grupo chamado de comitê estratégico, do formulário levantamento do Perfil e Funcionamento da Escola (PFE) incluindo

[...] informações a respeito da localização, número de salas, professores, pessoal, administrativo, níveis e modalidades de ensino oferecidos, número de turmas, turnos de funcionamento, número de alunos, indicadores de desempenho por turma, turno e disciplina, autonomia, relações da escola com a comunidade e com a Secretaria de Educação, principais projetos em andamento, fontes de recursos, etc. (BRASIL, 2006, p. 40).

As orientações do MEC envidam esforços para que a escola analise seus dados junto à comunidade escolar, para refletir sobre os resultados de aprovação, reprovação e abandono, com especial atenção às disciplinas com baixo desempenho para serem priorizadas ações para melhoria da qualidade, com foco na produtividade do sistema educacional.

Este planejamento estratégico tem em seu bojo a gestão democrática, participativa e emancipatória, ancorada no artigo 3º da Lei Federal nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Todos os formulários são acompanhados de reflexões e interação da comunidade escolar, através de reuniões sistemáticas, para que o aluno seja o centro do processo de ensino e de aprendizagem, com isso aumentar as “chances de a escola ter êxito no aproveitamento dos recursos disponíveis para desenvolvimento de seus projetos escolares e das novas tecnologias” (BRASIL, 2006, p.115).

Após a elaboração do diagnóstico pelos profissionais da escola, inicia-se o processo de elaboração do plano estratégico com “definição de metas, planos de ação e responsabilidades (quem faz o quê, quando e como) em um determinado período (2 a 5 anos)”. (BRASIL, 2006, p.130).

Em seguida, para assegurar que os recursos sejam gerenciados corretamente e as metas atingidas, era necessário o monitoramento e a avaliação do plano pelos responsáveis pela execução das ações.

De acordo com Scaff (2007, p. 123), após todas essas etapas, “os formulários eram enviados ao MEC, via correio e as orientações a respeito das eventuais reformulações eram dadas por telefone, ou, também, via correio, de forma que o processo se tornava bastante moroso”.

Em 2009 a entrega do PDE Escola foi reformulada e o MEC promoveu mudanças na sua elaboração, criando uma tecnologia *on-line* disponível no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), descrito no manual como,

sistema que pode ser acessado de qualquer computador que esteja ligado à rede mundial de computadores (internet). [...] A elaboração do PDE-Escola e o posterior acompanhamento do seu trâmite são feitos no SIMEC, onde serão disponibilizadas outras informações importantes para o município. (BRASIL, 2008, p. 06).

Em 2012, a partir da metodologia de planejamento estratégico utilizado pelo PDE Escola, os dados foram migrados para a plataforma do PDE Interativo⁸¹ e universalizado para todas as escolas públicas do país, independentemente do recebimento de recursos federais do PDE Escola (BRASIL, 2012).

A implementação do plano no contexto digital, segundo Formagio (2013, p. 29) evidencia outro tipo de dificuldade, envolvendo a comunicação entre o MEC, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) e as Superintendências Regionais de Ensino (SRE), como nos casos de dificuldades na aquisição e/ou bloqueio de senhas.

Hoje, o PDE Escola é operacionalizado na plataforma chamada PDDE Interativo que reúne importantes e complexas informações como fluxo (aprovação, reprovação e evasão) do Censo Escolar e da Prova Brasil, para otimização do trabalho que até então era considerado “moroso” pelos pesquisadores.

O PDDE Interativo é uma ferramenta de apoio à gestão escolar disponível no endereço eletrônico <http://pddeinterativo.mec.gov.br> para todas as escolas públicas do país. Ele foi desenvolvido pelo Ministério da Educação a partir da metodologia do programa PDE Escola e em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. Seu objetivo principal é auxiliar a comunidade escolar a produzir um diagnóstico de sua realidade e a definir ações para aprimorar sua gestão e seu processo de ensino e aprendizagem. (BRASIL, 2014, p. 4).

O Censo Escolar é preenchido pelos profissionais da escola em um sistema *on-line* denominado Educacenso, tendo como referência os alunos que foram matriculados até a última quarta feira do mês de maio de cada ano. Essa informação “serve de referência

⁸¹ Disponível <http://pddeinterativo.mec.gov.br/>

para a formulação e avaliação de políticas públicas e execução de programas setoriais, incluindo os de transferência de recursos públicos, tais como: alimentação, transporte escolar, distribuição de livros, implantação de bibliotecas, etc.” (BRASIL, 2011, p. 01).

Nesse sentido, o Censo Escolar pode ser definido como,

um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado anualmente e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em colaboração com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, contando ainda com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da Educação Básica, abrangendo as diferentes etapas e modalidades[...] O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, turmas, movimento e rendimento escolar. (BRASIL, 2011, p. 1).

A expansão do desenvolvimento tecnológico na sociedade contemporânea exigiu do diretor uma nova organização do trabalho,

em função dos benefícios que as tecnologias, principalmente as digitais, puderam oferecer. Com a invenção da internet, por exemplo, surgiram outras possibilidades de comunicação, e com isso, as fronteiras territoriais ficaram menos palpáveis e o espaço e o tempo foram reconfigurados. [...] para usufruir desses benefícios tecnológicos contemporâneos, é necessário que tenhamos certos conhecimentos *a priori* (MILL, JORGE, 2013. p. 42).

Assim, as mudanças ocorridas com a implantação do PDE Escola em contexto digital foram consideradas necessárias, produtivas e, além disso, agilizaram o processo. Essas informações são mediadas por textos produzidos pelo MEC, disponibilizados à escola, via codificação digital, na plataforma chamada PDDE Interativo, utilizando o computador como artefato.

Outra grande modificação na base de dados do PDE Escola foi a inserção do IDEB para análise do diagnóstico da escola e proposição de melhorias nos resultados das avaliações externas e internas. De acordo com Gomes (2015, p. 351) “com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), pelo Governo Federal em 2007, a avaliação em larga escala passa a ser um dos pilares da política educacional do MEC” e acrescenta que o “IDEB é mais do que um indicador estatístico, pois foi criado para ser um condutor das políticas públicas que visam à melhoria da qualidade na educação brasileira” o que confirma o PDE Escola como uma dessas políticas públicas.

A Prova Brasil é a avaliação em larga escala, censitária, realizada pelo INEP, bianualmente, com os alunos de 5º e 9º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa (foco na leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas) utilizada para

composição do IDEB.

Essas informações migradas desse complexo banco de dados do Censo Escolar e do IDEB imbricados no PDDE Interativo constituem a base do planejamento estratégico. Essa plataforma potencializa os dados estatísticos, facilita a visualização e priorização dos desafios a serem enfrentados.

2. Dados Relativos à Prática de Letramento no Contexto Digital do Diretor

Um dos princípios do PDE Escola é a busca da gestão eficiente e a melhoria da qualidade na educação que permanecem como foco a ser perseguido pelos diretores. Assim, é importante lembrar, como já mencionado acima, que a entrada da internet nas unidades escolares, possibilitou “outras possibilidades de comunicação, e, com isso, as fronteiras territoriais ficaram menos palpáveis e o espaço e o tempo foram reconfigurados”, (JORGE, MILL, 2013, p. 42) o que se pode converter em mais benefícios tecnológicos contemporâneos.

Não resta dúvida que o processo de elaboração do PDE Escola *on-line* alterou o perfil do diretor com relação à execução de seu trabalho e, como consequência, reduziu o tempo de aprovação e monitoramento das ações da escola pelo MEC, uma vez que, toda e qualquer alteração realizada pela escola é acompanhada por técnicos do MEC em tempo real.

Para desenvolver o plano estratégico no ambiente virtual, passa-se a demandar do diretor competências e habilidades para elaboração de planejamento, domínio da tecnologia digital para preenchimento dos formulários *on-line* e, além disso, apropriar-se dos dados provenientes de outras bases de dados para digitação do plano.

A primeira fase da elaboração do PDE Escola *on-line* requer a formação de uma equipe de trabalho para legitimar um processo democrático e não centralizador, onde são feitos preenchimentos dos formulários de maneira obrigatória para prosseguimento do Plano e,

Uma boa preparação do ambiente institucional aumenta as chances de que o plano seja de fato um instrumento de mudança da realidade, na medida em que confere um caráter institucionalizado e democrático à elaboração do plano, gerando assim legitimidade e transparência para as ações e mobilizando a comunidade escolar em torno dos objetivos. (BRASIL, 2014, p. 6).

Em seguida, esse grupo de trabalho se prepara para o preenchimento do

diagnóstico da escola, considerado o ponto de partida ou seu raio x, onde serão identificados os principais desafios, sejam elas disciplinas e/ou turmas mais críticas, para serem discutidos e refletidos democraticamente para a proposição de ações e metas.

A estrutura do diagnóstico disponível no PDDE Interativo é definida de acordo com o quadro abaixo:

QUADRO 1
Diagnóstico da Escola

Eixo	Dimensões	Tema
Resultados	Dimensão 1 – Indicadores e Taxas	IDEB
		Taxas de Rendimento
		Prova Brasil
	Dimensão 2 – Distorção e aproveitamento	Matrícula
		Distorção Idade-Série
		Aproveitamento escolar
Intervenção Direta	Dimensão 3 - Ensino e aprendizagem	Áreas de Conhecimento
		Planejamento Pedagógico
	Dimensão 4 - Gestão	Tempo de Aprendizagem
		Direção
		Processos
Intervenção Indireta	Dimensão 5 – Comunidade Escolar	Finanças
		Educandos
		Docentes
		Demais Profissionais
		Pais e Comunidade
	Dimensão 6 - Infraestrutura	Conselho Escolar
		Instalações
		Equipamentos

Fonte: (BRASIL, 2014, p. 8)

A partir do preenchimento, análise e reflexão do diagnóstico, o sistema apresentará uma síntese dos desafios a serem priorizados e ações a serem executadas com definição dos responsáveis, bem como a previsão de gastos para desenvolvimento das ações.

Esta fase do PDE Escola, de elaboração do plano de ação com estratégia, metas, objetivos, ações, responsáveis, com ações financiáveis e não financiáveis é realizada na aba Plano Geral do PDE Interativo.

A aba, Plano Geral se subdivide em Plano Estratégico, que será preenchido com os dados do PDE Escola e outros programas do MEC como Mais Educação, Atleta na Escola, Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), Escolas Sustentáveis, Escola do Campo e Água na Escola.

3. Cenário e Razões da Implementação do PDE Escola

A Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE) nº 22 de 22/06/2012 definiu que as escolas com IDEB 2009 igual ou inferior a 4,4 para os anos iniciais e 3,7 para os anos finais seriam contempladas com o PDE Escola no ano de 2012, por meio de financiamento de recursos do Governo Federal.

Após pesquisa realizada no site do FNDE⁸² sobre escolas priorizadas pelo PDE Escola verificou-se uma relação de sete escolas estaduais em Belo Horizonte e um aspecto que precisa ser investigado é o fato de existir outras 35 escolas estaduais em Belo Horizonte que apresentaram IDEB 2009 abaixo de 3.7 e não foram contempladas pelo PDE Escola em 2012. Esses dados provocam algumas indagações como: Por que não foram contempladas? Que dificuldades os gestores encontraram para acesso ao programa na plataforma? Quais são os critérios de concessão do PDE Escola além do resultado do IDEB?

Elegeu-se então a EEMB como espaço sociocultural para desenvolvimento da pesquisa. De acordo com a **TABELA 1**, a EEMB obteve, em 2009, IDEB 3.0, tendo, por isso, sido priorizada pelo MEC para ter as ações definidas no PDE Escola financiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) através de sua caixa escolar⁸³.

TABELA 1
Resultado do IDEB Anos Finais do Ensino Fundamental

IDEB observado					Metas projetadas							
200	200	200	201	201	200	200	201	201	201	201	201	202
5	7	9	1	3	7	9	1	3	5	7	9	1
3,6	4,3	3,0	1,9	3,5	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3	5,6

Fonte: Portal do IDEB

⁸² Disponível em: www.fn.de.gov.br

⁸³ Caixa Escolar é uma associação civil com personalidade jurídica de direito privado vinculada à respectiva unidade estadual de ensino.

A EEMB funciona nos três turnos. No turno da tarde atende ao público do 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental, além de uma turma do 1º ano do Ensino Médio. O Ensino Médio é ofertado no turno da manhã, tarde e a noite. Em média a escola atende a cerca de 1.000 alunos.

A diretora da EEMB foi nomeada em julho de 2015 e em 2012, data da elaboração do plano ela atuava como professora de geografia. Na entrevista sobre a utilização do PDE Escola na plataforma do MEC a diretora afirmou,

Eu fui nomeada este ano e essa transição de diretor não foi muito tranquila. Eu ainda não sei em quais programas do MEC a escola está inserida. Estou organizando as pastas do PDDE para ver se encontro as orientações. Tenho buscado, no site do MEC, informações e como participei do Pacto, no ano passado, eu sei que a escola tem o PROEMI. Estive na Metropolitana B solicitei cópia do plano e a liberação de uma senha de acesso ao site porque eu não queria usar dados pessoais da antiga diretora. (Diretora Maria, Coordenadora do PDE Escola, EEMB).

Como se vê, o depoimento da diretora evidencia os desafios vivenciados na transição do cargo. Também a greve de analistas educacionais na SEE/SRE responsáveis pela autorização da senha na plataforma do MEC durante o 2º semestre de 2015 atrapalhou o processo. A diretora foi nomeada em julho de 2015 e até dezembro de 2015 ainda não havia recebido acesso à plataforma do MEC. Problema semelhante foi identificado na pesquisa de Formagio (2013) sobre a aquisição de senha para acesso aos programas do MEC na plataforma virtual,

[...] existe uma dificuldade grande na comunicação entre os três últimos atores, realizada via e-mail/telefone, mas que não atende aos quesitos de prontidão (demora nas respostas/não responde), assertividade das respostas (responde a um problema com soluções já tentadas e que não surtem efeito, como nos casos de dificuldades na aquisição de senhas ou bloqueio das mesmas), o que acaba permeando o processo de implementação do programa. (FORMAGIO, 2013, p. 29).

Outros depoimentos da mesma diretora destacam a falta de formação, após a nomeação, para acompanhar os programas do MEC. Ela acrescenta,

O programa atendeu as necessidades da escola no curto prazo, mas eu teria feito as ações de maneira diferente. O processo deveria ser mais democrático, o anfiteatro deveria ter sido construído no lugar da tenda. Os alunos teriam espaço mais adequado para apresentações. O projeto da horta também foi muito bom. Como professora de Geografia envolvi os alunos para análise do solo e desenvolvimento de atividades da disciplina. (Diretora Maria, Coordenadora do PDE Escola, EEMB).

Nesse sentido, o plano desenvolvido pela escola está disponível para consulta pública no site do MEC e apresenta oito profissionais responsáveis pela execução das ações prioritizadas. Desses oito profissionais, dois estão em exercício na escola, três professores se aposentaram, uma professora foi transferida para outra escola por estar excedente e ser efetivada pela Lei 100/2007⁸⁴, uma professora estava licenciada para tratamento de saúde e um professor era designado⁸⁵ e não se encontrava mais na escola.

Como se vê, a rotatividade na escola é alta e representa outro desafio a ser enfrentado nesse contexto, pois dificulta o planejamento coletivo e impede a continuidade das ações planejadas.

Dos profissionais que estavam em exercício na escola foi possível entrevistar somente José, Professor de Filosofia, efetivo, com habilitação específica para o cargo, atuante em dois cargos nos três turnos de funcionamento da escola.

Em seu depoimento, o Professor de Filosofia, um dos protagonistas da elaboração e implementação do PDE Escola afirmou:

Eu ajudei a elaborar várias ações desse plano e foi muito bom para a escola, a melhoria realizada na infra-estrutura. Antes da reforma havia muita grade e os alunos ficavam apertados na hora do recreio. Essa situação provocava brigas por questões simples. Agora não, com o aumento no espaço de convivência dos alunos, colocação de bancos e a tenda, as brigas entre os alunos acabaram. E o espaço passou a ser utilizado pelos professores para dar aulas diferentes daquelas que acontecem em sala de aula, com quadro e giz. Do tipo tradicional sabe? Porque aqui sempre foi muito difícil sair da sala. Agora, com a criação da sala de vídeo, os professores fazem cronograma para usar, porque todo mundo quer. Com relação ao PDE Escola, todo o processo de preenchimento do plano na plataforma foi acompanhado pela analista da Metropolitana B aqui na escola. Ela ajudou muito. (Prof. José, Filosofia, Ensino Médio, EEMB).

Depreende-se desse depoimento que a abordagem de ensino predominante na escola é a tradicional. Ele acrescentou:

Foi muito difícil conseguir a participação dos professores aqui. A maioria não tem preocupação com a avaliação externa. Os índices de reprovação são altos e na escola não há discussões para se pensar o que fazer com a dificuldade dos alunos. Os professores têm que ter dois cargos para sobreviver, porque o salário é muito baixo, aí o professor tem que dar 30 aulas por semana, para uns 400 alunos mais ou menos.

⁸⁴ Lei 100/2007 Institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada - Ugeprevi - do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Minas Gerais.

⁸⁵ A designação é um contrato temporário de trabalho para cobrir afastamentos temporários de servidores efetivos no Estado prevista no artigo 10 da Lei 10.254/1990.

Fica muito difícil. (Prof. José, Filosofia, Ensino Médio, EEMB).

Os dados do IDEB da tabela 1, comparados com a prova Brasil, na tabela 2, revelam que a proficiência dos alunos na Prova Brasil, em 2011, aumentou em relação a 2009 e o IDEB foi um dos piores já alcançados pela escola. Como o IDEB é um indicador objetivo definido pela fórmula entre fluxo e aprendizagem, a explicação para essa queda é o indicador fluxo, que atingiu elevado índice de reprovação, conforme depoimento do professor.

É exatamente este cenário que o PDE Escola visa modificar porque,

Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso os alunos aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. (FERNANDES, 2007, p.7).

TABELA 2

Resultado da Prova Brasil Anos Finais do Ensino Fundamental

	2005	2007	2009	2011
Língua Portuguesa	222,17	258,46	239,75	256,7
Matemática	237,24	275,25	243,01	273,1

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação à avaliação externa e a implementação de políticas educacionais concordo com Gomes (2015, p. 350) quando apresenta que “o principal desafio é definir procedimentos de uso dos resultados para melhorar a sala de aula e a formação dos professores, de modo a atingir padrões de qualidade compatíveis com as novas exigências da sociedade do conhecimento”.

O resultado de 1.9, do IDEB em 2011, promove algumas reflexões como: Qual a concepção que os profissionais da escola possuem sobre a verificação do rendimento escolar? Está coerente com o critério previsto no artigo 24 da LDBEN de uma “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos

qualitativos sobre os quantitativos”? Será que ensinar bem para poucos é garantir a equidade na educação?

Considerações Finais

Ao concluir este artigo, torna-se relevante destacar que o PDE Escola é considerado uma tecnologia, que mobiliza e impacta o cotidiano do diretor e de vários profissionais escolares. Exige gestão democrática e comprometimento. Duas grandes razões fundamentam esta afirmativa: em primeiro lugar porque pensar estratégias de melhoria na educação já indica um movimento responsável com a comunidade escolar, em busca da permanência dos alunos e da oferta qualidade do ensino. Em segundo lugar, porque vivemos um mundo onde as relações tecnológicas permeiam as relações de trabalho, cabendo aos gestores explorarem as potencialidades dessa tecnologia para promover a equidade e a qualidade da educação.

A existência da legislação não garante sua aplicabilidade, como por exemplo, o caráter diagnóstico, formativo e emancipatório que a avaliação requer.

Existem desafios que precisam romper paradigmas cristalizados em alguns profissionais, justificados pelo contexto cotidiano.

A rotatividade dos servidores nas escolas, bem como do diretor, impacta os programas e projetos, chegando a interromper e/ou perder financiamentos do governo federal, bem como a subutilização do programa.

A pesquisa aponta a necessidade da formação continuada dos diretores, principalmente quando forem nomeados pela SEE a respeito de todos os programas e projetos tanto do MEC quanto do Governo do Estado de MG.

Este estudo constata que a legislação e a tecnologia, por si só, não garantem a educação de qualidade, nem uma gestão democrática, porque dependem da responsabilidade social de vários profissionais que a utilizam em todos os órgãos e secretarias.

Referências

BRASIL. *Lei Federal nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 de maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola; aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz*. 3ª ed. Brasília: FUNDESCOLA/DIPRO/FNDE/MEC, 2006. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundescola/publicacoes_manuais_tecnicos/pde_escola.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *PDE Escola - SIMEC*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cadastro_simec2.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Manual do PDE Interativo*. Versão junho de 2012. Disponível em: <http://pdeescola.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdeinterativo_manual_junho2012.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Manual do PDE Interativo*. Versão junho de 2014. Disponível em: <http://pdeescola.mec.gov.br/images/stories/pdf/manual_pdde_interativo_2014.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2015.

BRASIL. MEC. Relatório de Gestão 2005 realizado pelo Inep em fevereiro de 2006. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/institucional-relatorio>> Acesso em: 10 de mai. 2015.

BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 22/2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3551-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-22-de-22-de-junho-de-2012>>. Acesso em: 10 de maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. *Nota Técnica: Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo da Educação Básica 2011*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/nota_tecnica/2015/nota_tecnica_pesquisa_qualidade_censo.pdf>. Acesso em: 29 de Nov. 2015.

DAYREEL, Juarez Tarcísio. *A escola como espaço sócio-cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

FERNANDES, R. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 26 p. 2007.

FORMAGIO, R. P. *A Implementação do PDE Escola em unidade escolar no município de Passos – MG*. 113p. Dissertação Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2010-renata-piantino-formagio.pdf>>. Acesso em: 14 de out. 2015.

MILL, D; JORGE, G., *Sociedades grafocêntricas digitais e educação: sobre letramento, cognição e processos de inclusão na contemporaneidade*. In MILL, Daniel (org.). *Escritos sobre educação: desafios e possibilidades para ensinar e aprender com as tecnologias emergentes*. São Paulo: Paulus, 2013.

MINAS GERAIS. *Lei Estadual nº 10.254 de 20 de julho de 1990*. Institui o Regime Jurídico único do Servidor Público Civil do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <
<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=10254&ano=1990>>. Acesso em: 01 de out. 2015.

GOMES, S.S. *Políticas de Avaliação Externa e Interna: Desafios e Perspectivas*. In GOMES, S.S.; QUARESMA, A. G (org.). *Políticas e Práticas na Educação Básica e Superior: Desafios da Contemporaneidade*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

SCAFF, E.A.S., *Planejamento da Educação e Cooperação Internacional : uma análise dos Programas Monhangara e Fundescola*. 2007. Tese de Doutorado, Faculdade em Educação na Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2007. 255p. Disponível em: <<file:///C:/Users/Sandro/Downloads/TeseElisangelaScaff.pdf>>. Acesso em: 01 de out. 2015.

SCAFF, E.A.S., *Planejamento da Educação: orientação global x ação*. Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n.2, 571-592, jul./dez. 2008. Disponível em: <www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 01 de out. 2015.

SILVA, L.G.A., *As mudanças na Gestão e Organização da Escola: A participação como estratégia de reforma*. Linhas Críticas, Brasília. v.11, nº 21, p. 265-284, jul./dez.2005.